

## Alerta Legislação nº 14, de 30 mar. a 04 abr. 2026

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça  
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **LEI Nº 15.371, DE 31 DE MARÇO DE 2026**

Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), e as Leis nºs [8.212, de 24 de julho de 1991](#) (Lei Orgânica da Seguridade Social), [8.213, de 24 de julho de 1991](#), e [11.770, de 9 de setembro de 2008](#).

#### **LEI Nº 15.370, DE 31 DE MARÇO DE 2026**

Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, originárias ou tradicionais, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.

#### **DECRETO Nº 12.916, DE 30 DE MARÇO DE 2026**

Institui a Política Nacional das Artes.

#### **DECRETO Nº 12.915, DE 30 DE MARÇO DE 2026**

Altera o [Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018](#), que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.

### **MINISTÉRIO DAS CIDADES**

#### **PORTARIA MCID Nº 333, DE 30 DE MARÇO DE 2026**

Dispõe sobre a atualização anual dos limites de renda bruta familiar admitidos para famílias atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos da [Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009](#) e da [Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023](#).

### Governo do Estado de São Paulo

#### **LEI Nº 18.443, DE 02 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre o plano de carreira dos integrantes das carreiras policiais civis do Estado de São Paulo.

#### **LEI Nº 18.442, DE 02 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre efetivo, regime jurídico e regras gerais de promoção dos militares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

#### **LEI Nº 18.441, DE 02 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos dos integrantes da carreira de Delegado de Polícia, das demais carreiras policiais civis e da Polícia Militar, na forma que especifica.

### **Prefeitura de São Paulo**

#### **DECRETO Nº 65.058, DE 27 DE MARÇO DE 2026**

Regulamenta, conjuntamente, por afinidade de matérias, a [Lei nº 17.884, de 2 de janeiro de 2023](#), que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no âmbito do Município de São Paulo voltado à prestação de acompanhamento psicológico para as mulheres vítimas de violência doméstica, e a [Lei nº 18.109, de 3 de maio de 2024](#), que dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (*Wollyng*).

#### **DECRETO Nº 65.057, DE 27 DE MARÇO DE 2026**

Dispõe sobre a delegação da gestão, regulação e fiscalização da Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para a reformulação do Terminal Parque Dom Pedro II e serviços correlatos à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP-Regula, nos termos do artigo 3º da [Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020](#).

#### **DECRETO Nº 65.056, DE 27 DE MARÇO DE 2026**

Revoga o [Decreto nº 61.426, de 10 de junho de 2022](#), que criou o Programa Cidade Protetora e o Selo Cidade Protetora, instituindo nova regulamentação sobre o tema.

### **LEGISLAÇÃO FEDERAL**

<b>D. O. U.</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>02/04/2026</b>	<b><u>LEI Nº 15.373, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b> Estabelece o reajuste dos vencimentos básicos dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; define a Polícia Institucional do Ministério Público da União como a unidade administrativa responsável pelas atividades de segurança institucional; e altera a <a href="#">Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016</a> , para modificar a nomenclatura dos Técnicos do Ministério Público da União que exercem as funções de segurança institucional.
<b>01/04/2026</b>	<b><u>LEI Nº 15.371, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> , e as Leis nºs <a href="#">8.212, de 24 de julho de 1991</a> (Lei Orgânica da Seguridade Social), <a href="#">8.213, de 24 de julho de 1991</a> , e <a href="#">11.770, de 9 de setembro de 2008</a> .  <b><u>LEI Nº 15.370, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b>

	<p>Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, originárias ou tradicionais, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.917, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005</a>, que regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos.</p>
<p><b>31/03/2026</b></p>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.368, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui o Dia Nacional de Reflexão do "Cantando as Diferenças".</p> <p><b><u>LEI Nº 15.367, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; reajusta a remuneração dos cargos de Médico e de Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;  (...)</p> <p><b><u>LEI Nº 15.365, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 13.652, de 13 de abril de 2018</a>, para instituir o Dia Nacional do Orgulho Autista.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.916, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui a Política Nacional das Artes.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.915, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018</a>, que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.</p>
<p><b>30/03/2026 (Ed. extra)</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 12.914, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 12.846, de 12 de fevereiro de 2026</a>, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2026.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.913, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Autoriza a Financiadora de Estudos e Projetos a elaborar o Plano Anual de Aplicação de Recursos Específico para aplicação dos recursos de que trata o art. 12, § 6º, da <a href="#">Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007</a>, em operações de créditos reembolsáveis e institui Conselho Interministerial, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</p>

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.335, de 22 de janeiro de 2026](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 23, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre as medidas relativas à proteção especial à propriedade intelectual e aos direitos de mídia e de *marketing*, relacionados à realização, no Brasil, da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 30 de março de 2026

**Senador DAVI ALCOLUMBRE**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.334, de 21 de janeiro de 2026](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 22, do mesmo mês e ano, que "Altera a [Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008](#), para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 30 de março de 2026

**Senador DAVI ALCOLUMBRE**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.333, de 7 de janeiro de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 250.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 30 de março de 2026

**Senador DAVI ALCOLUMBRE**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.332, de 29 de dezembro de 2025](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera o [Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946](#), para

	<p>prorrogar o prazo para conclusão da identificação dos terrenos marginais de rios federais navegáveis, dos terrenos de marinha e seus acrescidos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Brasília, 30 de março de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2026</u></b></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.331, de 23 de dezembro de 2025</a>, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do disposto no art. 20 da <a href="#">Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990</a>", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Brasília, 30 de março de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>CONSELHO DE GOVERNO</b>  → Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)  <b><u>RESOLUÇÃO CM-CMED Nº 4, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o ajuste máximo de preços de medicamentos a partir de 31 de março de 2026, nos termos do art. 4º da <a href="#">Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003</a>, a apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos.</p> <p><b>SECRETARIA-GERAL (SG)</b>  <b><u>PORTARIA SG/PR Nº 211, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui o Observatório Nacional das Juventudes - ONJ, no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MEC Nº 276, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2026, para os cursos de licenciatura, bacharelado e superiores de tecnologia, referentes ao ano II do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018.</p> <p><b><u>PORTARIA MEC Nº 275, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui o Cadastro da Educação de Jovens e Adultos - CadEJA.</p>

<b>Ministério da Fazenda</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MF Nº 851, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Implementa, no âmbito do Ministério da Fazenda, a iniciativa Mulheres Líderes em Finanças (<i>Women Leaders in Finance - WIF</i>) e cria o Comitê de apoio à iniciativa Mulheres Líderes em Finanças (<i>Women Leaders in Finance - WIF</i>), no âmbito do Ministério da Fazenda.</p> <p><b>CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)</b>  <b><u>PORTARIA CARF/MF Nº 142, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece diretrizes a serem observadas no desenvolvimento e no uso de inteligência artificial generativa no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.</p> <p><b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b>  <b><u>PORTARIA STN/MF Nº 857, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Regulamenta as análises da situação fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o Plano de Recuperação Fiscal, as limitações de despesas, o limite a contratar de operações de crédito, os procedimentos quanto ao adimplemento referentes aos financiamentos e aos refinanciamentos concedidos pela União, e os procedimentos a serem adotados na análise da capacidade de pagamento e na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas.</p> <p><b><u>PORTARIA STN/MF Nº 818, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Divulga o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao primeiro bimestre de 2026, encerrado em fevereiro de 2026.</p>
<b>Ministério da Igualdade Racial</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MIR/MDHC/MJSP/MS/MDS Nº 19, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui a Estratégia Nacional de Atenção, Apoio e Acesso à Justiça para Vítimas de Violência Institucional e suas Mães e Familiares - Estratégia Nacional Mães e Familiares por Direitos.</p>
<b>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</b>	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL (SDR)</b>  <b><u>PORTARIA SDR/MIDR Nº 1.089, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece o regulamento do Prêmio "Melhores Práticas do Desenvolvimento em Jogo"</p>
<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b>	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS DIGITAIS</b>  <b><u>PORTARIA SEDIGI/MJSP Nº 1, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui o Comitê Consultivo para diagnóstico e formulação de proposta para a regularização e fiscalização da atividade artística de crianças e adolescentes em ambientes digitais.</p>

<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 10.484, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro de custeio destinado ao atendimento de pacientes adultos e pediátricos com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), em estabelecimentos hospitalares integrantes da Atenção Especializada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  ↳ <b>Diretoria Colegiada (DC)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 432, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 431, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a Instrução Normativa nº 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.</p> <p>↳ <b>4ª Diretoria</b>  <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.294, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.  (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.279, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.  (...)</p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE</b>  <b><u>PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 43, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Asma</p>
<p><b>Ministério das Cidades</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MCID/MGI Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera a Portaria Interministerial MCID/MGI nº 5, de 3 de novembro de 2025, que institui, no âmbito do Programa Periferia Viva e do Programa de Democratização de Imóveis da União, o processo para adesão de estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos intermunicipais ao apoio à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - Reurb-S, a ser promovido em áreas da União ou em áreas que, por sua origem ou destinação, integrem ou</p>

	<p>tenham integrado o patrimônio da União, para atendimento de cento e quarenta mil famílias.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 335, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera a Portaria MCID nº 725, de 15 de junho de 2023, que dispõe sobre as especificações urbanísticas, de projeto e de obra e sobre os valores de provisão de unidade habitacional para empreendimentos habitacionais no âmbito das linhas de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Fundo de Desenvolvimento Social, integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 333, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a atualização anual dos limites de renda bruta familiar admitidos para famílias atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos da <a href="#">Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</a> e da <a href="#">Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023</a>.</p>
<p><b>Ministério das Relações Exteriores</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MRE Nº 659, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b> (*)  Aprova o regulamento do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.  (*) Republicada por ter saído, no DOU, de 31-3-2026, Seção 1, pág. 176, com incorreção no original.</p> <p><b>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>  ↳ <b>Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos</b>  ↳ ↳ Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica  ↳ ↳ ↳ Divisão de Atos Internacionais</p> <p><b><u>PARCERIA DIGITAL BRASIL-ÍNDIA PARA O FUTURO, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2026</u></b>  (...)</p> <p><b><u>PLANO DE AÇÃO PARA A PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-COLÔMBIA</u></b>  (...)</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA MME Nº 128, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera o art. 2º da Portaria Normativa MME nº 127, de 19 de março de 2026, para atualizar o preço de comercialização - PC para o período de apuração da subvenção econômica ao óleo diesel rodoviário compreendido de 12 de março de 2026 a 31 de março de 2026, nos termos do art. 3º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026</a>.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ANP Nº 999, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a Resolução ANP nº 998, de 27 de março de 2026, que regulamenta a metodologia de cálculo do preço de referência para a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo</p>

	<p>diesel instituída pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026</a>.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO ANP Nº 998, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b> Regulamenta a metodologia de cálculo do preço de referência para a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel instituída pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026</a></p> <p><b>AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA NUCLEAR (ANSN)</b> ↳ <b>Diretoria Colegiada (DC)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b> Estabelece os critérios gerais e requisitos básicos de segurança e proteção radiológica relativos ao licenciamento de depósitos iniciais, intermediários e finais de rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação, em atendimento.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre os requisitos necessários para o registro de instalações onde são desenvolvidas atividades envolvendo material radioativo de ocorrência natural (NORM) na área de petróleo e gás natural.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA GM/MDIC Nº 76, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b> Institui grupos de trabalho para elaboração de propostas técnicas sobre reciclabilidade e desempenho estrutural e tecnologias assistivas de veículos automotores pesados.</p>
<p><b>Ministério do Esporte</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MESP/MF/MJSP Nº 1, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b> Institui a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Manipulação de Resultados Esportivos - PNPEMR.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</b></p>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 10, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b> Estabelece regras para o combate à bioinvasão, em todo o litoral brasileiro de peixes marinhos exóticos invasores nocivos, fomentando o seu controle e erradicação populacional.</p> <p><b>SECRETARIA NACIONAL DE BIOECONOMIA</b> <b><u>RESOLUÇÃO CNBIO Nº 8, DE 5 DE MARÇO DE 2026</u></b> Propõe as Metas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, com a finalidade de nortear as ações do Estado Brasileiro em favor do desenvolvimento da Bioeconomia no País; e aprova os Capítulos referentes ao Sistema de Salvaguardas, ao Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia, ao Financiamento, aos Impactos e à Ciência, Tecnologia e Inovação, do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia.</p>

<b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 97, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.166.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	<p><b>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.148, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera os limites de renda dos programas da área da Habitação do FGTS, e a ampliação dos limites de valor de imóvel na Faixa 3 de renda e no Programa Classe Média.</p>
<b>Ministério do Turismo</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MTUR Nº 14, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o detalhamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Turísticas, no âmbito do Plano Nacional de Turismo 2024-2027.</p> <p><b><u>PORTARIA MTUR Nº 12, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o detalhamento do Programa de Turismo Acessível, no âmbito do Plano Nacional de Turismo - PNT 2024-2027.</p>
<b>Banco Central do Brasil (BCB)</b>	<p><b>DIRETORIA COLEGIADA (DC)</b>  <b><u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.383, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Decreta a liquidação extrajudicial da Octa Sociedade de Crédito Direto S.A.</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.382, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Decreta a liquidação extrajudicial da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.381, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Decreta a liquidação extrajudicial da <i>Entrepay</i> Instituição de Pagamento S.A.</p>
<b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b>	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 2.196, 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o Regulamento da XV Gincana Nacional de Economia 2026.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 2.195, 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o Regulamento do 11º Desafio Quero Ser Economista - 2026.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 2.194, 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o Regulamento do XXXII Prêmio Brasil de Economia.</p>

	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CFO-286, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº CFO-285, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Resolução CFO n. 230/2020.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº CFO-284, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução CFO n. 176/2016.</p>
<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>	
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE-SP</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>02/04/2026 (Ed.suplementar)</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.443, DE 02 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o plano de carreira dos integrantes das carreiras policiais civis do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.442, DE 02 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre efetivo, regime jurídico e regras gerais de promoção dos militares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.441, DE 02 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos dos integrantes da carreira de Delegado de Polícia, das demais carreiras policiais civis e da Polícia Militar, na forma que especifica.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.440, DE 02 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a <a href="#">Lei Complementar nº 1.280, de 13 de janeiro de 2016</a>, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Civil – DEJEC.</p>
<p><b>02/04/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.439, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias aos projetos que especifica, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.501, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Regulamenta a <a href="#">Lei nº 18.183, de 21 de agosto de 2025</a>, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de salas de regulação sensorial voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e neuroatípicas em shopping centers no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.500, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui, junto à Secretaria de Turismo e Viagens, o Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural e dá providências correlatas.</p>

	<p><b><u>DECRETO Nº 70.499, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB.</p>
31/03/2026	<p><b><u>DECRETO Nº 70.498, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.496, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Reclassifica as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher que especifica, da Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.495, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o Plano de Metas Decenal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Estado de São Paulo.</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº18, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a atribuição de competência para representação do CNPJ Matriz e filiais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento perante o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, a Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, a Receita Federal do Brasil – RFB e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, e revoga a Resolução SAA nº 76, de 04 de dezembro de 2025.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 17, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a normatização do fluxo de processos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelece instâncias de análise no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)</b>	<p><b>SUBSECRETARIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA E EMPREGABILIDADE</b>  <b><u>PORTARIA SDE/SIPE Nº 13/2026, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a entrada em vigor dos instrumentos normativos da Plataforma Trampolim.</p>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 09, DE 2 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a estrutura organizacional e as atribuições dos dirigentes das unidades administrativas de Cargos em Comissão do Estado de São Paulo (CCESP) ou Funções de Confiança do Estado de São Paulo (FCESP) de nível inferior a 14, vinculadas à Secretaria</p>

	<p>de Desenvolvimento Social, em conformidade com o artigo 3º do <a href="#">Decreto nº 69.541, de 22 de maio de 2025</a>, e observadas as diretrizes do artigo 4º do <a href="#">Decreto nº 68.742, de 5 de agosto de 2024</a>.</p>
<p><b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SDUH Nº 22, DE 01 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, constante do Anexo II do <a href="#">Decreto nº 69.760, de 31 de julho de 2025</a>, nos termos do § 2º do artigo 20 do <a href="#">Decreto nº 68.742/2024</a>.</p>
<p><b>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>PORTARIA DGEP-03, DE 30-03-2026</u></b>  Divulga o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota, a que se refere o artigo 16 da LC 1.059/2009, alterado pela <a href="#">LC 1.296/2017</a>.</p>
<p><b>Secretaria da Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 60, DE 1 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Divulga os valores financeiros aprovados, por deliberação da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, a serem transferidos, por meio do Fundo Estadual de Saúde, aos Fundos Municipais de Saúde, referentes ao financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica do SUS/SP, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 59, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a Política de Incentivo Estadual para Casas de Apoio Tipo II, visando ao atendimento às Pessoas Vivendo com HIV/Aids que se encontram em situação de abrigo, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 58, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o pagamento de auxílio-moradia aos médicos residentes vinculados aos Programas de Residência Médica desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 57, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Revoga a Resolução SS-59, de 12 de abril de 2021, que institui a obrigatoriedade de utilização do sistema Vacivida para o registro das doses de vacinação contra a COVID-19 no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><b>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO Nº 22, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Considerando a Resolução SS nº 88, de 24 de abril de 2024, que inclui a esporotricose humana na lista de doenças de notificação compulsória no Estado de São Paulo;</p>

<p><b>Secretaria de Turismo e Viagens</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Estabelece diretrizes para a Secretaria de Turismo e Viagens, voltadas à estratégia de desenvolvimento turístico dos municípios paulistas.</p>
<p><b>Universidade de São Paulo (USP)</b></p>	<p><b>REITORIA</b>  → Gabinete do Reitor (GR)  <b><u>PORTARIA GR Nº 9073, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Reajusta o valor do Vale-Refeição</p> <p><b><u>PORTARIA GR Nº 9072, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Reajusta o valor do Auxílio-Alimentação.</p> <p>→ Pró-Reitorias  → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG)  <b><u>RESOLUÇÃO COG Nº 8963, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece normas e programas das matérias objeto de avaliação para a etapa de pré-seleção de candidatos que desejam transferência para cursos de Graduação da Universidade de São Paulo (USP), no 2º semestre de 2026 e no 1º semestre de 2027, e estabelece normas gerais para a segunda etapa do exame.</p>
<p><b>Publicação DOE Legislativo</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b></p>
<p><b>01/04/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 296/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Institui o Cadastro Estadual de Cães de Grande Porte ou de Raças Potencialmente Agressivas e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 295/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Estabelece diretrizes para a implementação do Programa de Capacitação de Pais e Cuidadores de Crianças com Transtornos do Neurodesenvolvimento, baseado no modelo "<i>Caregiver Skills Training - CST</i>", no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 294/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Cria o Cadastro Estadual de Bens de Relevância Local e estabelece diretrizes para incentivo à preservação comunitária no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 293/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Autoriza o Poder Executivo a adotar, como critério subsidiário de desempate em concursos públicos, o cumprimento do serviço militar obrigatório, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 292/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Denomina-se "Lei Basta de Femicídio – Pela Vida das Mulheres" e dispõe sobre a vedação de participação em concursos públicos, bem como de acesso a cargos, funções e instâncias da Administração Pública Estadual a pessoas condenadas por feminicídio.</p>

	<p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 291/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Prevenção e Combate ao Feminicídio e à Violência de Gênero.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 290/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Institui a Política Estadual de Humanização do Luto e Proteção às Famílias Enlutadas, alterando a <a href="#">Lei nº 9.055, de 29 de dezembro de 1994</a>, Estabelecendo Diretrizes para a Contratação Ética e Transparente de Serviços Funerários no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 289/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Institui o Programa Estadual de Acolhimento às Vítimas de Violência de Gênero e Violência Sexual no âmbito das instituições públicas e privadas integrantes do sistema estadual de ensino.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 288/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Institui o Observatório de Violência de Gênero e Violência Sexual nas Instituições de Ensino, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 287/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Instituí o Programa "Ela Aprende, Ela Cuida", que prevê incentivo financeiro-educacional destinado à permanência estudantil de mães e gestantes</p> <p><b>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS</b>  <b><u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2026, DE 01/04/2026</u></b>  Inclua-se na <a href="#">Resolução da Alesp nº 576, de 26 de junho de 1970</a>, no "Capítulo IV - Da Perda do Mandato", o artigo 92-A.</p>
<p><b>31/03/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 285/2026, DE 31/03/2026</u></b>  Institui o Programa Estadual de Apoio à Cadeia Produtiva do Leite, mediante a concessão de uso de resfriadores de leite a agricultores familiares e produtores de assentamentos rurais, no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 284/2026, DE 31/03/2026</u></b>  Institui a Política Estadual de Apoio aos Instrutores de Trânsito Autônomos, com o objetivo de facilitar sua inserção no mercado de trabalho e promover a segurança na formação de condutores, no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 280/2026, DE 31/03/2026</u></b>  Institui o "Passaporte Equestre" no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 279/2026, DE 31/03/2026</u></b>  Autoriza o Poder Executivo a instituir a criação de reserva de vagas obrigatória de participação de mulheres em cargos comissionados e funções de confiança do poder executivo do estado de São Paulo.</p>

<p><b>30/03/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 278/2026, DE 30/03/2026</u></b>  Dispõe sobre a segurança de crianças e animais domésticos mediante a obrigatoriedade de anunciantes de imóveis destinados à locação com telas de proteção em todas as janelas contem com filtro de busca específico nos sites de imobiliárias e plataformas digitais informando esta benfeitoria, no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 275/2026, DE 30/03/2026</u></b>  Institui a Política Estadual de Acesso Aquaviário Público para rampas públicas em represas e praias no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 274/2026, DE 30/03/2026</u></b>  Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar o horário de embalagem em marmitas expostas para venda no Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 273/2026, DE 30/03/2026</u></b>  Institui diretrizes para o uso de materiais reciclados e sustentáveis na pavimentação de vias rurais no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p><b>Publicação TCE</b></p>	<p><b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b></p>
<p><b>02/04/2026</b></p>	<p><b>COMUNICADOS</b>  COMUNICADOS DA SECRETARIA  DIRETORIA GERAL  <b><u>COMUNICADO SDG Nº 12/2026</u></b>  O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da <a href="#">Lei Complementar 709, de 1993</a>, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal:  (...)</p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>02/04/2026</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 65.062, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a alteração de localização e transformação da Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI Caminho dos Martins em Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI Caminho dos Martins, situado no Distrito do Grajaú, vinculado à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro, da Secretaria Municipal de Educação.</p>
<p><b>30/03/2026</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 65.059, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b></p>

Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, do Gabinete do Prefeito, e altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

**DECRETO Nº 65.058, DE 27 DE MARÇO DE 2026**

Regulamenta, conjuntamente, por afinidade de matérias, a [Lei nº 17.884, de 2 de janeiro de 2023](#), que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no âmbito do Município de São Paulo voltado à prestação de acompanhamento psicológico para as mulheres vítimas de violência doméstica, e a [Lei nº 18.109, de 3 de maio de 2024](#), que dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (*Wollying*).

**DECRETO Nº 65.057, DE 27 DE MARÇO DE 2026**

Dispõe sobre a delegação da gestão, regulação e fiscalização da Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para a reformulação do Terminal Parque Dom Pedro II e serviços correlatos à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP-Regula, nos termos do artigo 3º da [Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020](#).

**DECRETO Nº 65.056, DE 27 DE MARÇO DE 2026**

Revoga o [Decreto nº 61.426, de 10 de junho de 2022](#), que criou o Programa Cidade Protetora e o Selo Cidade Protetora, instituindo nova regulamentação sobre o tema.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Fernanda Vieira Cunha Schvanz  
[fschvanz@sp.gov.br](mailto:fschvanz@sp.gov.br)

Márcia Santos de Oliveira  
[msoliveira@sp.gov.br](mailto:msoliveira@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>